

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	16
1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	19
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	19
6. IMOBILIZADO	20
7. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	20
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	21
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
10. RECEITA.....	23
11. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	23
12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	24
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	25
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	28
16. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	31
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhor Acionista,

Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) submete à apreciação de V.Sa. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Sete Lagoas

Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade transformação (MVA)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
Neves 1- Sete Lagoas 4	simples	345	49	1450	02/06/2014	01/01/2043
Sete Lagoas 4- Três Marias	duplo	345	177	1450	04/06/2014	01/01/2043

Subestação em operação – características financeiras

Subestação	Propriedade	RAP Regulatória (jul/25 a jun/26)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de Correção
Sete Lagoas 4 – Três Marias	100%	12.550.473	4.026.867	NA	Junho	IPCA

RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2024	2025	2026	2027	2028
Neves 1 – Sete Lagoas 4	2.072.665	2.148.798	2.228.772	2.303.425	2.380.455
Sete Lagoas 4 – Três Marias	4.080.116	4.217.734	4.374.710	4.521.242	4.672.438

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito é de R\$ 50.649 mil dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (R\$ 50.649 mil dividido em 50.649.080 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

AMBIENTE REGULATÓRIO

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constitui a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o Revenue-cap, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em maio de 2025, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.481/2025, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para o Contrato de Concessão nº 006/2011 da Sete Lagoas.

RAP homologada para o ciclo 2025-2026

As RAPs do ciclo 2025-2026 da Companhia foram estabelecidas em R\$12.550. No período, o índice de preço IPCA variou 4,26%.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$ 5.365 mil em 2025, comparado ao resultado de R\$ 4.598 mil em 2024.

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta foi de R\$ 12.549 mil em 2025, em comparação a R\$11.218 mil em 2024. O aumento foi decorrente da atualização anual da Receita Anual Permitida – RAP.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA em 2025 e 2024. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 75,96% em 2025 (75,90% em 2024).

R\$ mil	2025	2024	Var.%
Resultado regulatório	5.365	4.598	16,68
Despesa de IR e CS	2.196	1.510	45,43
Depreciação e amortização	2.715	2.046	32,7
Resultado financeiro	(1.633)	(868)	88,13
LAJIDA ⁽¹⁾	8.643	7.286	18,62

(1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$ 7.423 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$371 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.526 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e
- R\$3.526 mil para constituição de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos adicionais serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de maio de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.437	2.230
Investimentos temporários	4	14.641	4.838
Concessionárias e permissionárias	5	540	535
Tributos compensáveis		88	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	304
Serviços em curso		262	132
Outros ativos		616	433
TOTAL DO CIRCULANTE		17.584	8.472
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	1.825
Tributos diferidos		881	889
Imobilizado	6	45.506	47.334
Direito de uso		68	69
Outros ativos		587	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		47.042	50.117
ATIVO TOTAL		64.626	58.589

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		291	316
Tributos a recolher		277	136
Encargos regulatórios	7	1.350	1.136
Dividendos a pagar	9	7.044	3.518
Convênio de compartilhamento	14	165	133
Outros passivos		315	35
TOTAL DO CIRCULANTE		9.442	5.274
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios		43	156
Imposto de renda e contribuição social	13	547	404
Passivo de arrendamento		63	63
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		653	623
TOTAL DO PASSIVO		10.095	5.897
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		
Capital social		50.649	50.649
Reservas de lucros		3.882	2.043
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.531	52.692
PASSIVO TOTAL		64.626	58.589

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
RECEITA	10	12.549	11.218
Receita de transmissão de energia elétrica		12.549	11.218
TRIBUTOS	10	(1.160)	(1.037)
PIS/Pasep		(207)	(185)
Cofins		(953)	(852)
ENCARGOS – PARCELA “A”	10	(507)	(582)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(101)	(100)
Reserva Global de Reversão - RGR		(359)	(441)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(47)	(41)
RECEITA LÍQUIDA		10.882	9.599
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		10.882	9.599
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	11	(4.954)	(4.359)
Serviços de terceiros		(1.759)	(1.664)
Pessoal		(303)	(427)
Materiais		(58)	(112)
Seguros		14	(46)
Depreciação e amortização		(2.715)	(2.046)
Outros custos operacionais		(133)	(64)
RESULTADO DA ATIVIDADE		5.928	5.240
Resultado financeiro	12	1.633	868
Receitas financeiras		1.664	884
Despesas financeiras		(31)	(16)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		7.561	6.108
Despesa com tributos sobre o lucro		(2.196)	(1.510)
Resultado líquido		5.365	4.598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.365	4.598
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	5.365	4.598

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

	Capital social	Adiantament o para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.857	13.792	2.055	-	(8.527)	44.177
Dividendos obrigatórios não distribuídos anos anteriores				7.435		7.435
Resultado do exercício	-		-	-	4598	4.598
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Integralização AFAC	13.792	(13.792)	-	-	-	-
Reserva legal	-		370	-	(370)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.518)	(3.518)
Retenção de lucros para investimentos	-		-	3.517	(3.517)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	(382)	(10.952)	11.334	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	50.649	-	2.043	-	-	52.692
Dividendos obrigatórios não distribuídos anos anteriores				-		-
Resultado do exercício	-		-	-	5.365	5.365
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Reserva legal	-		371	-	(371)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.526)	(3.526)
Retenção de lucros para investimentos	-		-	3.526	(3.526)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-		(2.058)	2.058	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	50.649	-	2.414	1.468	-	54.531

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	5.365	4.598
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	2.196	1.510
Depreciação (Nota 6)	2.715	2.046
Juros e variações monetárias	(1.563)	(551)
Baixa líquida de ativo imobilizado (Nota 6)	114	-
	8.827	7.603
(Aumento) Redução de ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	5	206
Tributos compensáveis	80	(11)
Serviços em curso	130	(2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(304)	(197)
Outros ativos	183	(130)
	94	(134)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	25	(275)
Impostos, taxas e contribuições	(141)	(57)
Imposto de renda e contribuição social	(528)	(168)
Encargos regulatórios (Nota 7)	(101)	453
Convênio de Compartilhamento (Nota 14)	(32)	(24)
Outros passivos	227	18
	(550)	(53)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.371	7.416
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.811)	(1.545)
Juros resgatados	284	253
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.844	6.124
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(10.651)	(8.718)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	3.952	4.959
Imobilizado (Nota 6)	(938)	(1.980)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.637)	(5.739)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(793)	385
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.230	1.845
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.437	2.230
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(793)	385

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Avenida Barbacena, n. 1.200, Subsolo 1, Sala12, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP30.190-924. A Companhia tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Atualmente a Concessão da Companhia é constituída pela Subestação Sete Lagoas 4, que possui: 1 banco de transformadores monofásicos + reserva 345/138kV - 375MVA, 1 banco de capacitores em 138kV e 4 saídas de linha em 138kV para atendimento as cargas da Distribuidora.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.459/2025, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 5.356 mil, para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, R\$ 11.917 mil, para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 21 de maio de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e permissionários (contas a receber não faturado); e
- Nota 13 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Banco conta movimento				73	72
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15%	1.364	2.158
				1.437	2.230

Estão divulgados na nota explicativa nº 15 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	12.958	3.856
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.683	982
				14.641	4.838
Não Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI		104,2% a 112,0%	-	1.825
				14.641	6.663

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 14 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não Faturado	Mais de 360 dias	2025	2024
Concessionárias e permissionárias	490	50	540	535
Total	490	50	540	535

6. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		55.646	(23.770)	31.876	55.716	(21.118)	34.598
Custo histórico	3,72	55.646	(23.770)	31.876	55.716	(21.118)	34.598
Em curso							
Transmissão		13.630	-	13.630	12.736	-	12.736
TOTAL AIS + AIC		69.276	(23.770)	45.506	68.452	(21.118)	47.336

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Baixa (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Transmissão	55.716	-	(114)	10.983	66.585	10.869	(23.770)	42.815	34.600
Terrenos	1.152	-	-	-	1.152	-	-	1.152	1.152
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.803	-	-	1.587	7.390	1.587	(2.347)	5.043	3.745
Máquinas e equipamentos	48.690	-	(114)	9.396	57.972	9.282	(21.372)	36.600	29.679
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71	-	(51)	20	24
Subtotal	55.716	-	(114)	10.983	66.585	10.869	(23.770)	42.815	34.600
-									
Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2024	Adição (A)	Baixa (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	8.000	-	-	(8.000)	-	(8.000)	-	-	8.000
Outros	4.736	938	-	(2.983)	2.691	(2.045)	-	2.691	4.736
Subtotal	12.736	938	-	(10.983)	2.691	(10.045)	-	2.691	12.736
Total do ativo Imobilizado	68.452	938	(114)	-	69.276	824	(23.770)	45.506	47.334

7. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Passivo circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	1.039	990
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3	3
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8	6
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	296	135
CDE sobre P&D	4	2
	1.350	1.136
Passivo Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	43	156
Total Passivo	1.393	1.292

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
PASEP	19	-
COFINS	89	-
INSS	148	130
Outros	21	6
	277	136

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$50.649 dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (R\$36.857 dividido em 36.857.000 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2025 foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do exercício societário	7.423	7.405
Reserva legal	(371)	(370)
	7.052	7.035
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	3.526	3.518
Reserva de retenção de lucros	3.526	3.517
Total dos Dividendos	7.052	7.035

c) Reservas

Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de Lucro	2025	2024
Reserva Legal	2.414	2.043
Retenção de lucros	1.468	-
	3.882	2.043

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva especial

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2025, parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$3.526 a ser pago como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

d) Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 7.423 , seja dada a seguinte destinação:

- R\$371 para constituição de reserva legal;
- R\$3.526 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.526 para constituição de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos adicionais serão destinados para constituição de

reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.518
Proposta de dividendos obrigatórios	3.526
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.044

10. RECEITA

	2025	2024
Receita de transmissão com energia elétrica	12.549	11.218
Deduções à receita operacional (a)	(1.667)	(1.619)
Receita operacional líquida	10.882	9.599

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Cofins	953	852
PIS/Pasep	207	185
Reserva Global de Reversão – RGR	359	441
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28	29
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	47	36
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	41	23
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	20	41
CDE sobre P&D	12	12
Total das deduções	1.667	1.619

11. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2025	2024
Pessoal (a)	303	424
Serviços de terceiros (b)	1.759	1.664
Materiais	58	115
Provisões	(14)	46
Depreciação e amortização	2.715	2.046
Outros custos e despesas operacionais	133	64
	4.954	4.359

a) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	251	380
	251	380
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	52	44
	52	44
TOTAL	303	424

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Operação e manutenção ⁽¹⁾	1.026	978
Meio Ambiente	-	6
Conservação e Limpeza	430	433
Auditoria externa	38	91
Tecnologia da Informação	84	71
Outros	181	85
	1.759	1.664

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº14. A variação observada decorre da entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2023-2024.

12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.682	647
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	(81)	(42)
Outras Receitas Financeiras	63	279
	1.664	884
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(31)	(16)
	(31)	(16)
Resultado Financeiro	1.633	868

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO REAL		
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.561	7.561
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	1.890	680
Ajustes de efeitos fiscais	980	980
Base de Cálculo	8.541	8.541
Aproveitamento Prejuízo Fiscal	(484)	(484)
Lucro Real	8.057	8.057
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.209	724
Incentivos fiscais IRPJ	(73)	-
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	782	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.916	724
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(327)	(117)
Corrente	1.916	724
Diferido	(327)	(117)

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO REAL		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.108	6.108
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	1.527	550
Ajustes de efeitos fiscais	125	125
Base de cálculo	6.233	6.233
Aproveitamento fiscal	(1.871)	(1.871)
Lucro Real	4.362	4.362
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	654	393
Imposto de Renda adicional	413	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.067	393
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37	13
Corrente	1.067	393
Diferido	37	13

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	19	18	-	-
Norte Energia	31	8	-	-	114	102	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	4.795	5.220	-	-
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	-	305	-	-	4.619	2.699	-	-

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de redes de transmissão.

Prestação de Serviços

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.024)	-
Cemig Distribuição	492	-	-	-	-	-	-	-

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	165	133	-	-	(408)	(200)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(198)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	75	232	-	-	-	(1.019)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	7.044	3.518	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$3.526. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 9.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.364	2.158	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	14.641	4.838	-	-	1.398	394	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.825	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	16	42
Participação nos resultados	7	10
Previdência privada	1	2
Total	24	54

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Concessionárias e permissionárias		540	540	535	535
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	1.825	1.825
		540	540	2.360	2360
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.437	1437	2.230	2.230
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	12.776	12776	3.788	3.788
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.683	1683	982	982
Debêntures		182	182	68	68
		16.078	16078	7.068	7.068
		16.618	16618	9.428	9.428
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(291)	(291)	(316)	(316)
Passivo de Arrendamento		(69)	(69)	(69)	(69)
		(360)	(360)	(385)	(385)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	291	-	-	-	-	291
Arrendamento	1	2	3	26	98	130
	292	2	3	26	98	421

Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

16. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		1.437	-	1.437	2.230	-	2.230
Investimentos temporários		14.641	-	14.641	4.838	-	4.838
Concessionárias e permissionárias		540	-	540	535	-	535
Tributos compensáveis		88	-	88	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	-	304	-	304
Outros ativos		616	-	616	433	-	433
Ativo contratual	16.1	-	9.374	9.374	-	9.002	9.002
Serviços em curso		262	(262)	-	132	(132)	-
TOTAL DO CIRCULANTE		17.584	9.112	26.696	8.472	8.870	17.342
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	1.825	-	1.825
Tributos diferidos		881	-	881	889	-	889
Outros ativos		587	298	885	-	-	-
Ativo contratual	16.1	-	110.009	110.009	-	109.427	109.427
Imobilizado		45.506	(45.506)	-	47.334	(47.334)	-
Direito de uso		68	-	68	69	-	69
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		47.042	64.801	111.843	50.117	62.093	112.210
ATIVO TOTAL		64.626	73.913	138.539	58.589	70.963	129.552

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		291	-	291	316	-	316
Impostos, taxas e contribuições		277	-	277	136	-	136
Encargos regulatórios	16.2	1.350	(262)	1.088	1.136	(132)	1.004
Dividendos a pagar		7.044	-	7.044	3.518	-	3.518
Partes relacionadas		165	-	165	133	-	133
Passivo de arrendamentos		6	-	6	29	-	29
Outras obrigações		309	-	309	6	-	6
TOTAL DO CIRCULANTE		9.442	(262)	9.180	5.274	(132)	5.142
NÃO CIRCULANTE							
Encargos regulatórios		43	-	43	156	-	156
Impostos, taxas e contribuições	16.4	-	11.043	11.043	-	10.955	10.955
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.5	547	25.901	26.448	404	24.967	25.371
Passivo de arrendamentos		63	-	63	63	-	63
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		653	36.944	37.597	623	35.922	36.545
TOTAL DO PASSIVO		10.095	36.682	46.777	5.897	35.790	41.687
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		50.649	-	50.649	50.649	-	50.649
Reservas de lucros	16.1	3.882	37.231	41.113	2.043	35.173	37.216
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.531	37.231	91.762	52.692	35.173	87.865
PASSIVO TOTAL		64.626	73.913	138.539	58.589	70.963	129.552

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		12.549	954	13.503	11.218	5.518	16.736
Remuneração do ativo contratual	16.1	-	11.362	11.362	-	11.597	11.597
Receita de construção	16.3	-	-	-	-	3.692	3.692
Receita de operação e manutenção	16.1	-	1.945	1.945	-	790	790
Subvenções vinculadas ao EUST		196	-	196	657	-	657
Receita de transmissão com energia elétrica		12.353	(12.353)	-	10.561	(10.561)	-
TRIBUTOS		(1.160)	(89)	(1.249)	(1.037)	(510)	(1.547)
PIS/Pasep	16.4	(207)	(16)	(223)	(185)	(91)	(276)
Cofins	16.4	(953)	(73)	(1.026)	(852)	(419)	(1.271)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(507)	-	(507)	(582)	-	(582)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(101)	-	(101)	(100)	-	(100)
Reserva Global de Reversão - RGR		(359)	-	(359)	(441)	-	(441)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(47)	-	(47)	(41)	-	(41)
RECEITA LÍQUIDA		10.882	865	11.747	9.599	5.008	14.607
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		10.882	865	11.747	9.599	5.008	14.607
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(4.954)	2.715	(2.239)	(4.359)	67	(4.292)
Serviços de terceiros		(1.759)	-	(1.759)	(1.664)	(21)	(1.685)
Pessoal		(303)	-	(303)	(427)	-	(427)
Custo de construção	16.3	-	-	-	-	(1.681)	(1.681)
Materiais		(58)	-	(58)	(112)	(277)	(389)
Provisões operacionais		14	-	14	(46)	-	(46)
Depreciação e amortização	16.1	(2.715)	2.715	-	(2.046)	2.046	-
Amortização direito de uso		-	-	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(133)	-	(133)	(64)	-	(64)
RESULTADO DA ATIVIDADE		5.928	3.580	9.508	5.240	5.075	10.315
Resultado financeiro		1.633	-	1.633	868	-	868
Receitas financeiras		1.664	-	1.664	884	-	884
Despesas financeiras		(31)	-	(31)	(16)	-	(16)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		7.561	3.580	11.141	6.108	5.075	11.183
Despesa com tributos sobre o lucro	16.5	(2.196)	(1.522)	(3.718)	(1.510)	(2.268)	(3.778)
Resultado líquido		5.365	2.058	7.423	4.598	2.807	7.405

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	91.762	87.865
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Ativo contratual - CPC 47	(37.231)	(35.173)
Patrimônio líquido regulatório	54.531	52.692

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	7.423	7.405
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Ativo contratual - CPC 47	657	(761)
Depreciação e amortização	(2.715)	(2.046)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(2.058)	(2.807)
Lucro líquido regulatório	5.365	4.598

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

16.1 Ativos vinculados à concessão - Transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão

é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

16.2 Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

16.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção. Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

16.4 Impostos, taxas e contribuições

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 34.2.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

16.5 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com a técnica de funcionamento 7.2.37 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2026

Outorgada: Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações

Contador – CRC-MG 121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.